



50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99

**Neste momento a Secretária Flávia solicitou que todos os membros do CNEDH se apresentassem individualmente. Incluindo a professora Nazaré que participou via Skype.**

**Risla Lopes Miranda (MinC)**

Apresentou-se como representante do Ministério da Cultura, por meio da Coordenação-Geral de Cultura e Educação da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

**Salette Valesan (Flacso)**

Apresentou-se como representante da Flacso Brasil.

**Francisca Pini (IPF)**

Apresentou-se como representante suplente do Instituto Paulo Freire.

**Moacir Gadotti (IPF)**

Apresentou-se como representante titular do Instituto Paulo Freire no CNEDH. Reforçou a fala da Secretária Flávia sobre a importância histórica, neste momento, da educação em direitos humanos, em razão de fatos vistos cotidianamente como feminicídio, espancamentos até a morte, decapitações. Fez menção às barbáries que falava *Theodor Adorno*, no livro *Educação e Emancipação*, que segue a linha da tese que a Secretária apresentou no início da fala, na qual a resposta à barbárie é a Educação emancipadora, que é sinônimo de educação em direitos humanos. Acrescentou que este Comitê e este Ministério têm uma responsabilidade muito grande pela sua missão histórica de dar resposta à sociedade que espera um pronunciamento diante desta barbárie que o país está vivendo.

Destacou que a pauta do Comitê, hoje, avança em relação às pautas anteriores, porque tem um caráter mais organizativo e prospectivo. Solicitou, ainda, um panorama sobre como está o processo de criação da Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos e sobre a atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

**Daniela Veyga (UNE)**

Apresentou-se como representante da UNE, onde atua como Diretora LGBT e, nesse sentido, representa 7 milhões de estudantes brasileiros.

**Frederico Coutinho (SEDH)**

Apresentou-se como Diretor de Promoção dos Direitos Humanos da SEDH/MDH.

**Flávia Piovesan (SEDH)**

Informou que atualmente está como Secretária de Direitos Humanos e que é Professora de Direitos Constitucionais e Direitos Humanos.

**Fernanda Brito (SEDH)**

Apresentou-se como Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos da SEDH.

**Thais Ribeiro (SEDH)**

Apresentou-se como assessora na Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos da SEDH.

100 **Daniel Ximenes (MEC)**

101 Apresentou-se como representante do MEC e informou que é Diretor de Educação em  
102 Direitos Humanos e Cidadania da SECADI/MEC.

103

104 **Fernanda Lapa (IDDH)**

105 Informou que é professora de Direitos Humanos em Santa Catarina e, no CNEDH,  
106 representa a sociedade civil pelo Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos  
107 (IDDH).

108

109 **Priscila Oliveira (MJSP)**

110 Apresentou-se como representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

111

112 **Maria das Graças Bahia (MNDH)**

113 Apresentou-se como representante do MNDH, e informou que a sua entidade de origem  
114 é o Coletivo Cultural Alagnã, entidade sem fins lucrativos que agrega a educação em  
115 direitos humanos, arte, cultura, esporte e lazer. E que estão organizando uma  
116 Associação das Mães de Filhos sem Liberdade, mães dos menores que estão sob o  
117 regime de ausência de liberdade do CSE em Roraima, e ainda, que estão trabalhando  
118 com a questão de direitos humanos para evitar que se repita o que houve na  
119 Penitenciária Agrícola do Monte Cristo.

120

121 **Carla Souto (OEI)**

122 Apresentou-se como representante suplente da Organização dos Estados Ibero-  
123 americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI).

124

125 **Fernanda Frizzo Bragato (UNISINOS)**

126 Apresentou-se como representante titular da UNISINOS, da qual é Professora de  
127 Direitos Humanos e Coordenadora do Núcleo de Direito.

128

129 **Nazaré Tavares (Especialista) – via Skype**

130 Cumprimentou os participantes da reunião do Comitê. Afirmou que este é um momento  
131 de dificuldades, e reforçou a fala do professor Gadotti sobre criar espaços de diálogos  
132 para a educação em direitos humanos.

133 Acrescentou que é o momento da educação em direitos humanos ter centralidade,  
134 porque é preciso dialogar com os professores que estão amedrontados com o PL Escola  
135 sem Partido.

136 Destacou que nas universidades há cursos de pós-graduação e que, nos estados, há  
137 demanda de curso de formação permanente. Os movimentos sociais também estão  
138 solicitando cursos e policiais estão fazendo curso de mestrado. Tudo isso deve ser  
139 celebrado. A educação em direitos humanos está permanentemente na agenda pública e  
140 o momento é de pensar em ações estratégicas de curto, médio e longo prazo para que se  
141 possa avançar.

142 Ressaltou ainda que é preciso registrar as boas notícias, citando que a Fernanda  
143 (consultora da SEDH) entrou em contato, e que juntas irão realizar um encontro do  
144 Comitê Estadual com a representação da SEDH, no dia 06. Informou que naquela  
145 semana se reuniria com a Associação Nacional PAI para um debate sobre currículo, e  
146 que a professora Aída Monteiro estaria presente. Ocorreu no dia 22 de março o  
147 lançamento do livro chamado João, pioneiro no Brasil, elaborado na época da ditadura,  
148 na prisão, um livro que viveu a clandestinidade e que hoje está sendo lançado em todo o  
149 Brasil. E, no mês de abril, vai ser realizado na Paraíba o Encontro dos Comitês Norte e

150 Nordeste: Memória, Verdade e Justiça, que poderá ser em Natal ou Recife. Estes  
151 registros foram para afirmar que o Comitê está atuante, e que sua participação e suas  
152 contribuições seriam realizadas via Skype, o que se mostrou uma ótima solução já que  
153 ela não poderia participar presencialmente.

154

155

156

157 **INFORMES**

---

158

159 **Flávia Piovesan (SEDH)**

160 A Secretária seguiu a reunião agradecendo a presença de todas e todos. Destacou os  
161 diversos acúmulos dos participantes, seja no campo regional ou de suas trajetórias, o  
162 que permite a possibilidade de fortalecer esta pauta tão necessária no momento em que  
163 o discurso da intolerância e do ódio ganha cada vez mais força. Segundo ela, o antídoto  
164 e a resposta mais eficaz é com o discurso para a difusão da vocação emancipatória dos  
165 direitos humanos.

166 Justificou a ausência do professor Carbonari que, por razão de compromisso urgente e  
167 não previsto, convocado pela instituição em que trabalha, não pode estar presente, mas  
168 indicou que participaria em momento oportuno via *Skype*.

169 Informou que, no dia 02 de fevereiro de 2017, a SEDH ganhou uma institucionalidade  
170 extremamente importante, com a criação do Ministério dos Direitos Humanos, a partir  
171 da Medida Provisória nº 768, pela qual o Ministério da Justiça e Cidadania passou a ser  
172 Ministério da Justiça e Segurança Pública. O MDH compreende a SEPIR, SEDH,  
173 SPM, SNPDA, SNPD e a futura Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.  
174 Esclareceu que, até que seja publicado o Decreto com a nova estrutura, a SEDH  
175 continua com o mesmo nome, a mesma equipe e as mesmas atribuições.

176 Sobre o Programa Escola sem Partido, informou que a SEDH vem acompanhando os  
177 andamentos dos Projetos de Lei no Congresso Nacional, destacando a atuação do  
178 assessor parlamentar Wellington Tadeu. Lembrou que foi realizada audiência pública  
179 sobre esse tema no dia 21 de março, na Câmara dos Deputados. Uma proposta levantada  
180 pela Secretária é que o Comitê deliberasse pela elaboração de uma Nota de Repúdio  
181 sobre o Programa. Registrou que, na qualidade de Secretária, em conjunto com a  
182 UNESCO, a ONU Mulher e com o Programa das Nações Unidas para o  
183 Desenvolvimento (PNUD) publicaram artigo em repúdio a Escola sem Partido no jornal  
184 *O Globo*, que poderia servir de subsídio para a Nota do Comitê. Acrescentou que o  
185 Ministério da Educação também se posicionou contra este PL, e solicitou que o  
186 representante do MEC falasse sobre o assunto.

187

188 **Daniel Ximenes (MEC)**

189 Informou que houve, em fevereiro de 2017, uma reunião com o Fórum Nacional de  
190 Educação, onde o MEC, em conjunto com as entidades do Fórum, assinaram uma nota  
191 contrária ao PL Escola sem Partido.

192

193 **Flávia Piovesan (SEDH)**

194 Passou os informes sobre a realização da premiação do 1º Concurso Nacional de  
195 Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, ocorrida no dia 14 de fevereiro de  
196 2017, onde foi possível premiar, reconhecer e dar visibilidade a sentenças e acórdãos  
197 em 13 categorias, proferidas por juízas e juizes de todas as regiões brasileiras. Desde o  
198 Superior Tribunal de Justiça a outras instâncias, em temas como: proteção à pessoa

199 idosa, combate à tortura, combate ao trabalho infantil, combate ao trabalho escravo.  
200 Destacou que a ideia com esta política era, em conjunto com a presidente do Supremo, a  
201 Ministra Carmen Lucia, impulsionar a política de educação em direitos humanos na  
202 magistratura. E esta premiação é um indicativo de que os direitos humanos importam e  
203 merecem um reconhecimento. Relatou sobre a decisão de se fazer uma publicação com  
204 as sentenças que ganharam o concurso, reforçando que todas elas, sem exceção, têm  
205 como fundamento maior a dignidade humana. Destacou que foi uma experiência exitosa  
206 e que será seguida de uma segunda edição.

207

208 Sobre o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da  
209 Cultura de Paz e dos Direitos Humanos, destacou que o norte desta gestão da SEDH é a  
210 Constituição Federal, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo  
211 Brasil, o PNDH (I, II e III) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nos  
212 seus cinco eixos estruturantes, e que o Pacto foi fundamento em um dos eixos do Plano,  
213 a Educação Superior. A Secretária fez um resumo dos últimos acontecimentos, como a  
214 realização dos eventos de lançamentos estaduais e regionais que estão sendo construídos  
215 em parceria, em especial o evento realizado em Curitiba/PR, na Assembleia Legislativa,  
216 que teve um resultado positivo. A ideia é fazer cada vez mais eventos regionais para que  
217 este movimento continue vivo, tendo como meta construir sustentabilidade ao Pacto.  
218 Destacou que existe uma plataforma *online* que viabiliza a cada universidade e entidade  
219 apoiadora, após a adesão, criar um comitê gestor e um plano de trabalho no tocante aos  
220 cinco eixos do Pacto: ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência comunitária e  
221 universitária. Acrescentou que é muito importante fortalecer e expandir esta política  
222 para que ela ganhe cada vez mais adesões, seja porque corresponde a um dos eixos  
223 estruturantes do PNEDH, seja porque as universidades também são espaços estratégicos  
224 para a formação de profissionais. Destacou que várias áreas de atuação profissional  
225 requerem um diploma de nível superior, como a área jurídica, por exemplo. Nesse  
226 sentido, um Poder inteiro da República – o Poder Judiciário – demanda uma graduação.  
227 E, portanto, é importante impactar estas mentalidades e de alguma maneira buscar  
228 transformar a cultura.

229

230 Destacou, também, os avanços dos diálogos sobre o desenvolvimento de um projeto de  
231 direitos humanos voltado à Educação Básica, concordando com a avaliação do MEC de  
232 que não seria adequado um modelo com base no Pacto para esse tema, que foi a ideia  
233 inicial. Ponderou a existência de 200 mil escolas públicas, um universo que já agrega  
234 uma demanda muito intensa e, por isso, não haveria boa receptividade em mais uma  
235 demanda, como a do Pacto. Esclareceu, ainda, que este formato que funcionou para as  
236 universidades, que têm outro desenho institucional, não funcionaria tão bem para o  
237 ensino básico. Informou que a proposta é caminhar para um observatório de políticas  
238 públicas exitosas, no campo da Educação Básica, inclusive com a possibilidade de um  
239 eventual selo ou certificação.

240

241 Aproveitou a oportunidade para registrar a participação da SEDH no Encontro Nacional  
242 do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais, o CONDEGE, em que seriam  
243 assinados dois termos de cooperação, sendo um deles para a inclusão da disciplina de  
244 Direitos Humanos nos concursos de ingresso em todas as Defensorias Públicas.  
245 Mencionou que cada estado tem sua autonomia, que as defensorias já incorporam  
246 direitos humanos nos cursos, mas que algumas defensorias não têm tanta densidade na  
247 pauta dos direitos humanos. Informou que a parceria também visa à criação de Núcleos  
248 de Direitos Humanos nas Defensorias Públicas, além de um vínculo com o Disque 100.

249 Destacou que a SEDH está avançando no diálogo com as instituições jurídicas,  
250 Magistraturas, Defensorias, Ministérios Públicos, Procuradorias e OAB. E, ainda, que  
251 está em constantemente busca de apoios e parcerias para fortalecer cada vez mais a  
252 pauta de Direitos Humanos nesses espaços.

253

254 Informou que a SEDH está avançando em ações para a educação não formal e que a  
255 Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos, Fernanda Brito, trará novas  
256 informações sobre a Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos, uma ação  
257 prioritária da SEDH, a ser lançada no segundo semestre de 2017. Reforçou, como  
258 exemplo, as demandas para a qualificação e formação de conselheiros, destacando a  
259 existência de nove colegiados ligados diretamente à pasta da SEDH. Citou a demanda  
260 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em relação à criação de conselhos  
261 estaduais, que requerem essa formação, permitindo aos conselheiros e às conselheiras  
262 dominar melhor a pauta. Destacou que, muitas vezes, são pessoas que não têm interesse  
263 em fazer, eventualmente, um mestrado ou um doutorado, que impõem maior rigidez em  
264 seus processos. Nesse sentido, afirmou interesse em realizar um módulo sobre o tema da  
265 pessoa idosa e envelhecimento saudável. Em relação ao tema da tortura, na área da  
266 defesa dos direitos humanos, informou que está sendo realizado um trabalho de  
267 estímulo às unidades federativas para a criação de mecanismos estaduais de prevenção e  
268 combate à tortura e de criação de comitês estaduais. Dessa forma, entende que a Escola  
269 Nacional é o caminho mais adequado e que o público será muito abrangente, podendo  
270 ser gestores ou lideranças comunitárias, e há uma maleabilidade que pode preencher os  
271 vazios que a educação formal muitas vezes não responde.

272

273 Reforçou que a Educação em Direitos Humanos é um tema prioritário, que move esta  
274 gestão da SEDH.

275

276 Neste momento a Secretária encerrou a parte de informes e solicitou que Daniel  
277 Ximenes (MEC) e Frederico Coutinho (SEDH) fizessem um breve relato sobre o evento  
278 de lançamento do Pacto em Curitiba/PR.

279

#### 280 **Daniel Ximenes (MEC)**

281 Informou que era necessário apoiar e alavancar o tema “Educação em Direitos  
282 Humanos” de forma mais forte na educação superior e na educação básica, de acordo  
283 com as características e as possibilidades de cada sistema e rede. Destacou que, no caso  
284 da Educação Superior, a partir das ideias trocadas entre o MEC e a SEDH foi possível  
285 chegar ao Pacto Nacional Universitário. A partir desse momento foi criado um formato  
286 de livre adesão das universidades e entidades apoiadoras, que devem se comprometer de  
287 duas formas fundamentais: com a criação de um comitê gestor (formado por alunos,  
288 professores, etc.) e a apresentação de um plano de trabalho baseado nos eixos do Pacto,  
289 tudo isso registrado, por meio de um sistema, no portal.

290 Destacou que tem instituições que já desenvolvem trabalhos nesta área de Educação em  
291 Direitos Humanos e poderão estruturar suas atividades de acordo com a proposta do  
292 Pacto. Sobre as entidades apoiadoras, destacou que o MEC e a SEDH vem conversando  
293 com organismos internacionais para também aderirem ao Pacto, e que diversas  
294 associações de educação superior vêm aderindo, como: CRUB, ABMES, ABRUEM,  
295 ANDIFES. Ressaltou que as entidades apoiadoras têm um papel importante e amplo, e  
296 podem vir a contribuir com suas expertises, com seus materiais, seminários, conforme a  
297 atuação de cada uma delas. Informou que os resultados das adesões foram  
298 surpreendentes, já que o lançamento ocorreu há quatro meses. E ainda, convidou a todos

299 e todas para conhecerem o portal do Pacto  
300 (<http://educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br/>).

301 Sobre a educação básica, destacou que a formação se dá de diversas maneiras, por meio  
302 de pesquisa, de trabalho de extensão e até por seminários. Para a educação básica, o  
303 MEC está trabalhando de forma alternativa e razoável do ponto de vista da formação,  
304 que é sua prerrogativa. Deste modo, o ministério está trabalhando na criação de um  
305 portal de educação em direitos humanos, para lidar com o universo da educação básica  
306 de todo o Brasil, para o acesso de 2 milhões de professores, 50 milhões de alunos e 200  
307 mil escolas. E que será um repositório digital, chamado de módulos formativos, com  
308 diversos temas e com ampla possibilidade de mídias, para trabalhar nas escolas públicas  
309 e demais redes interessadas, de acesso livre e público. Informou que a ideia é que estes  
310 módulos sejam utilizados para a formação dos diversos públicos da educação básica.  
311 Existe a possibilidade do MEC fazer parcerias com a Flacso e com a Unesco.

312

### 313 **Moacir Gadotti (IPF)**

314 Registrou a importância de se falar da educação básica, já que o Pacto veio responder o  
315 vazio da educação superior. E que, considerando o universo mais amplo da educação  
316 básica, o repositório digital vem suprir em parte, e não inteiramente, a necessidade da  
317 educação em direitos humanos nesse espaço. Mas que, de alguma forma, esse tema  
318 estará mais presentes nas escolas.

319 Destacou a importância de o MEC dar prioridade às Diretrizes Nacionais de Educação e  
320 de Educação em Direitos Humanos, porque foi a grande contribuição dada pelo  
321 Conselho Nacional de Educação, e elas são pouco conhecidas. Citou que o PNEDH é a  
322 referência do CNEDH, mas as diretrizes tocam muito o chão da escola, o que poderia  
323 impulsionar mais um pouco esta ação. Solicitou informações em relação às entidades  
324 apoiadoras do Pacto, perguntando se há adesão da iniciativa privada, cuja participação é  
325 de grande relevância.

326

### 327 **Daniel Ximenes (MEC)**

328 Afirmou que de fato as diretrizes são muito pouco conhecidas. Acrescentou que no  
329 Brasil há uma tradição de marcos normativos muito boa, mas o desafio é dar aderência e  
330 conectá-los às práticas, à vida e ao cotidiano. As diretrizes nacionais de educação em  
331 direitos humanos são um claro exemplo; na medida em que se estabelecerem esses  
332 processos formativos pelo país afora, pelas escolas e pelas universidades, naturalmente  
333 vai ser difundida a concepção das diretrizes como um elemento importante, e entrará  
334 como um ponto de sustentação.

335 Em relação às instituições privadas, como o caso das escolas particulares, ele declarou  
336 que são muito bem vindas. Citou o exemplo do grupo Kroton, que tem quase um milhão  
337 de alunos e vai entrar como parceiro do Pacto. Informou que o MEC está se reunindo  
338 com eles para encontrarem a melhor forma de se concretizar esta parceria. Destacou  
339 que, no caso das entidades apoiadoras, o Pacto conta com todo tipo de apoio,  
340 observando-se como determinada instituição, com sua história e sua identidade, poderá  
341 contribuir para a implementação da educação em direitos humanos na educação  
342 superior. Esclareceu que poderá ser a partir da oferta de materiais, realização de  
343 seminários e outras infinitas possibilidades que podem ser encontradas a partir do  
344 diálogo.

345

### 346 **Frederico Coutinho (SEDH)**

347 Fez um relato do lançamento do Pacto Universitário em Curitiba, destacando a  
348 importância dos parceiros locais em fazer a mobilização para o Pacto. Informou que os

349 parceiros no Paraná conseguiram reunir vários reitores das universidades públicas e  
350 privadas, além de parlamentares da região e parceiros em Curitiba. Convidou todos os  
351 integrantes do Comitê para fazer este engajamento nas mobilizações dos seus estados e  
352 municípios a partir dos seus contatos. Destacou que se cada um pudesse se apropriar das  
353 informações do Pacto para apresentar esta proposta em todos os espaços de atuação  
354 seria muito significativo. Informou que a SEDH está fazendo apresentações nos órgãos  
355 colegiados, e que na ocasião da apresentação no CNDC/LGBT os conselheiros se  
356 colocaram favoráveis em apoiar o projeto, e vão apresentar um plano de trabalho na  
357 área LGBT para o Pacto.

358

359 **Flávia Piovesan (SEDH)**

360 Convidou a servidora Thais Ribeiro para fazer uma apresentação do Pacto Nacional  
361 Universitário.

362

363

364 **APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO PACTO NACIONAL UNIVERSITÁRIO**  
365 **PELA PROMOÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE, DA CULTURA DE PAZ**  
366 **E DOS DIREITOS HUMANOS**

---

367

368 **Thais Ribeiro (SEDH)**

369 Apresentou um balanço resumido do Pacto, com um total 242 entidades cadastradas no  
370 Simec, sendo: 223 IES e 19 entidades apoiadoras. E ainda, um quadro com informações  
371 das adesões ao Pacto por estado e esclareceu algumas dúvidas dos membros do  
372 CNEDH. Na sua fala convidou as entidades do CNEDH para aderirem ao Pacto.

373 (apresentação em anexo 1)

374

375 **Nazaré Tavares (Especialista)**

376 Informou que a apresentação da Thais foi muito esclarecedora para o CNEDH, e  
377 solicitou a apresentação por meio eletrônico. Destacou a importância de incluir como  
378 órgãos apoiadores as secretarias estaduais. Sugeriu que o Pacto fosse apresentado para  
379 os conselhos estaduais e municipais, já que são compostos por entidades. Solicitou  
380 também informações sobre como seria a adesão dos conselhos, já que não possuem  
381 CNPJ, e se tem alguma forma de eles aderirem.

382

383 **Thais Ribeiro (SEDH)**

384 Esclareceu que a adesão é realizada por meio do SIMEC e que é necessário haver um  
385 CNPJ ou uma institucionalidade, mas que vai se reunir com o MEC para tentar  
386 encontrar uma forma de incluir as instituições sem CNPJ. Destacou que é um passo que  
387 a SEDH e o MEC devem avançar, encontrando uma forma para solucionar esta  
388 demanda.

389

390 **Moacir Gadotti (IPF)**

391 Colocou que, devido às graves violações de direitos humanos em que o país está  
392 passando, é necessária a adesão em espaços onde é mais difícil alcançar, como as  
393 empresas privadas onde ocorrem muitas violações. Destacou que é necessário agregar  
394 apoio para além das IES e entidades. E ainda, que é preciso inventar novas formas de  
395 formação em direitos humanos, aproveitando a mídia e atraindo novos espaços.

396

397 **Daniel Ximenes (MEC)**

398 Destacou que o MEC responde pelo sistema formal de educação e que as entidades  
399 parceiras deverão atuar em conjunto com as Universidades e não somente em âmbito  
400 interno.

401

#### 402 **Flávia Piovesan (SEDH)**

403 Destacou que o professor Gadotti apresentou duas perspectivas contemporâneas e muito  
404 desafiadoras, no campo das empresas. Informou que há princípios da ONU voltados  
405 para o tema empresas e direitos humanos, como: o respeitar, o proteger e o remediar. E  
406 que a empresa deve proteger os trabalhadores, inclusive proibindo o trabalho escravo, o  
407 trabalho infantil, a discriminação pautada em gênero e diversidade sexual. E, ainda,  
408 garantir a liberdade nas associações e negociações coletivas, protegendo os seus  
409 trabalhadores e também a vida externa.

410 Acrescentou que a empresa tem responsabilidade pela sua cadeia produtiva e também  
411 pelo impacto que a sua atuação tem no entorno, como é o caso de Mariana e Belo  
412 Monte, que são casos emblemáticos.

413 Informou que a SEDH está avançando neste assunto, que já havia um acúmulo de  
414 seminários realizados, mas que a ideia inicial desta gestão era de impulsionar o  
415 desenvolvimento de um *National Human Rights Business Plan* (Plano Nacional de  
416 Empresas de Direitos Humanos). Destacou que o Brasil deve isso à comunidade  
417 internacional.

418 Relatou sua participação no evento da CEPAL, ocorrido no Chile, sendo a Segunda  
419 Consulta Regional referente à *Empresa e Direitos Humanos*. Informou que todos os  
420 países da região desenvolvem um diagnóstico antes de elaborarem um Plano, realizado  
421 de forma democrática com oitivas na sociedade civil, nas empresas, nos estados e nos  
422 diversos setores. Destacou que é produzido um estado da arte, com informações sobre  
423 onde está no campo jurídico e em políticas públicas. Comentou que terá uma reunião  
424 com o Instituto ETHOS sobre este assunto, e a proposta é, até dezembro de 2017, lançar  
425 este diagnóstico, chamado de linha base, contendo um estudo crítico sobre os desafios e  
426 pontos positivos. Destacou que esta ação servirá para impulsionar o desenvolvimento de  
427 um plano. Relatou que é uma etapa ambiciosa, mas necessária. Informou que a SEDH  
428 pretende estabelecer parceria com a FGV para realizar este trabalho que será  
429 desenvolvido pelo grupo de pesquisa em direitos humanos nas empresas, que há oito  
430 anos vem trabalhando nesta temática.

431 Informou, ainda, que o representante do *Twitter*, que faz a política global (*Facebook* e  
432 outros) procurou a SEDH para falar sobre EDH nas redes sociais. Comentou que o  
433 representante do *Twitter* informou que o uso do tempo nas redes sociais é  
434 impressionante, especialmente pela juventude, e sugeriu que a EDH seja pensada nas  
435 redes sociais e no mundo virtual, e que as vozes da SEDH também sejam audíveis no  
436 *Twitter*. Colocou que é um desafio do Comitê tentar fazer com que a voz do Comitê  
437 possa ecoar nas redes sociais de forma adequada. Acrescentou que esta ferramenta será  
438 essencial para alcançar os alunos do ensino básico.

439

#### 440 **Daniela Veyga (UNE)**

441 Destacou que ficou contente com o Pacto, mas achou pouco o número de adesões  
442 devido à quantidade de universidades brasileiras. Informou que a UNE quer ser parceira  
443 e pode disseminar o Pacto por meio das IES, Diretório Central de Estudantes (DCE's) e  
444 dos conselhos superiores (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE e  
445 Conselho Universitário - CONSUNI).

446 Comentou sobre as violações de direitos humanos que os estudantes passam por causa  
447 dos trotes universitários. Informou que existem várias propostas para humanizar os

448 trotes, como por exemplo: o trote solidário de doação de sangue, o trote do sacolão para  
449 arrecadar alimentos para comunidades carentes, entre outras opções.  
450 Sobre a educação básica informou que é necessário encontrar formas de levar a  
451 formação em direitos humanos para este público, como levar o tema para a sala do  
452 educador, um espaço de formação continuada da equipe gestora da escola, e que pode  
453 tentar trabalhar EDH neste espaço. Destacou que os professores muitas vezes não têm  
454 esta formação, pela visão conservadora da direção e equipe da escola. Informou que  
455 existem diretores que colocam sua religião à frente da administração da escola,  
456 deixando para trás a laicidade do Estado, assegurada pela Constituição da República.  
457 Falou também sobre os “influenciadores digitais”, e apresentou-se como uma  
458 influenciadora digital. Informou que os mobilizadores digitais e os *youtubers* podem  
459 contribuir para a divulgação do Pacto, e que muitos deles já trabalham com o tema de  
460 DH, como a *drag queen* Lorelay Fox, que tem um milhão de acessos em seus vídeos.  
461 Destacou a atuação das guardas universitárias (patrimoniais) e a importância de  
462 humanizar estes profissionais. Citou situações ocorridas na Universidade Federal do  
463 Mato Grosso, em que o Vice-Reitor está agindo com muita repressão, chamando a  
464 polícia militar para atuar dentro da universidade, onde prende estudantes, utiliza  
465 algemas e coloca estudantes dentro de camburões. E ainda, que a reitoria orienta a  
466 guarda universitária a utilizar qualquer meio para impedir a realização de eventos  
467 sociais dos estudantes. Informou também que a iluminação da praça em frente ao  
468 restaurante universitário está sendo desligada, trazendo insegurança para os alunos.  
469 Relatou que os casos de criminalidade como assédio, roubos e tentativa de estupro  
470 aumentaram nesta região. E questionou sobre a possibilidade de incluir esses  
471 profissionais no Pacto. Ressaltou que é necessário entender de quem é a competência  
472 para fazer a formação desses profissionais e como discutir isso nas universidades.  
473 Destacou que o ENEM precisa aceitar cada vez mais o nome social, democratizando  
474 ainda mais o acesso às universidades, como ocorreu no último Enem com o registro de  
475 cerca de 300 *Trans*. Acrescentou a importância de desburocratizar a solicitação do uso  
476 do nome social e apresentou uma sugestão de fazer apenas um requerimento no ato da  
477 inscrição. Informou que isso vai ajudar na aceitação do nome no ambiente acadêmico.

478

#### 479 **Flávia Piovesan (SEDH)**

480 Agradeceu a contribuição da Daniela e comentou sobre o papel da UNE e dos  
481 estudantes no Pacto. Reforçou a importância da formação em direitos humanos das  
482 guardas universitárias. Citou a reunião entre a SEDH, o Conselho Nacional de Direitos  
483 Humanos e a Ministra Cármen Lúcia, em que foi abordada a pauta LGBT em razão de  
484 seis ações sobre o tema no Supremo Tribunal Federal. Informou que existe um Decreto  
485 e uma resolução do Conselho Nacional de Justiça para que o nome social seja respeitado  
486 nos cartórios e ambiente forense, e afirmou que é fundamental que também seja  
487 respeitado em todos os espaços. Destacou a importância de que no ato de inscrição do  
488 ENEM possa ter esta opção.

489

#### 490 **Daniel Ximenes (MEC)**

491 Informou que o MEC está trabalhando sobre esta questão do nome social e que foi  
492 instalada a comissão bicameral no CNE, com a participação de integrantes das Câmaras  
493 de Educação Básica e Superior, para a elaboração de um parecer sobre o tema nas  
494 instituições federais de ensino, que vai gerar uma resolução do Ministro. No que se  
495 refere ao Inep, destacou que é mais complexo devido à questão cadastral e de segurança,  
496 mas que também está sendo estudada uma solução.

497

498 **Daniela Veyga (UNE)**  
499 Fez um destaque na questão do acesso dos LGBTs aos banheiros públicos, em que a  
500 Ministra Cármen Lúcia precisava dar uma atenção especial a esta questão.

501  
502 **Flavia Piovesan (SEDH)**  
503 Respondeu que a Ministra Cármen Lúcia e a SEDH estão atentas a este tema, que foi  
504 levado pela SEDH para a última reunião como prioridade. Informou que o Brasil é  
505 primeiro colocado no ranking de assassinatos a pessoas *trans* no mundo, segundo  
506 estatísticas. E que a Ministra pontuou que fará sessões temáticas e, quando for debatido  
507 o tema LGBT, ela se comprometeu que irá solicitar aos relatores urgência para os seis  
508 casos.

509  
510 **Thais Ribeiro (SEDH)**  
511 Informou que o CNEDH faz parte da Comissão Nacional do Pacto Universitário, e que  
512 por meio do Comitê podem ter acessos às adesões, às informações e sugerir  
513 contribuições. Colocou-se à disposição para fornecer relatório do Pacto sempre que o  
514 Comitê precisar. Apresentou o portal do Pacto, todos os documentos disponíveis e o  
515 calendário dos próximos eventos de lançamento regionais e estaduais.

516  
517 **Daniel Ximenes (MEC)**  
518 Informou que, a princípio, as universidades podem receber o evento de lançamento do  
519 Pacto, e que existe um formato de programação padrão para realizar estes eventos,  
520 sendo: período da manhã um seminário com um especialista no tema; e na parte da tarde  
521 um evento de apresentação e lançamento do Pacto para todas as universidades e  
522 faculdades do estado. Acrescentou que a universidade pode ajudar na organização do  
523 seminário. Informou que existe previsão de agendas em Natal/RN, São Paulo/SP e  
524 Salvador/BA.

525  
526 **Fernanda Brito (SEDH)**  
527 Destacou sobre as possibilidades de parcerias, como o exemplo de Curitiba, onde a  
528 instituição parceira para a realização do evento foi a Assembleia Legislativa do Paraná,  
529 e que podem ser encontradas outras opções de entidades apoiadoras como anfitrião do  
530 evento, podendo capilarizar ainda mais o Pacto em todo o país.

531  
532  
533 **PANORAMA GERAL SOBRE A 11ª MOSTRA CINEMA E DIREITOS**  
534 **HUMANOS**

---

535  
536 **Thais Ribeiro (SEDH)**  
537 Apresentou informações da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, que será realizada  
538 no período de 9 de maio a 25 de junho de 2017, com a produção nacional do ICEM. E  
539 que os produtores locais poderão procurar os membros do CNEDH para apoiar na  
540 mobilização local. Falou da parceria com Maurício de Sousa para a Mostrinha e da  
541 Mostra Homenagem, dedicada à cineasta brasileira Laís Bodanski.  
542 Informou que o Comitê pode sugerir locais para exibição, desde que o espaço contemple  
543 as exigências da Mostra, como: isolamento acústico e de iluminação, tela, cadeiras e  
544 som. Colocou a importância de interiorizar a Mostra, levando este evento para além das  
545 capitais, e que conta com o apoio do CNEDH para esta tarefa.

546 Destacou que foram realizadas atividades como a capacitação de produtores locais com  
547 o objetivo levar os conceitos de educação em direitos humanos, as diretrizes, o Plano  
548 Nacional de Educação em Direitos Humanos e o PNDH-3. Informou que teve uma  
549 palestra da Coordenadora-Geral de Políticas LGBT, Marina Ridel, sobre gênero, e que  
550 estão trabalhando a prospecção de parcerias estaduais e municipais.

551

552 (apresentação em anexo 2)

553

554

555

## **PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

---

556

557 **Fernanda Brito (SEDH)**

558 Relatou que estão em contato com a OEI, MEC e outros parceiros como a Fundação  
559 SM, Undime e Consed para a realização da nova edição do Prêmio Nacional de EDH.  
560 Informou que estão aguardando algumas definições da segunda edição do Prêmio  
561 Iberoamericano de EDH e que a proposta é unir os dois eventos. E convidou a Carla  
562 Souto (OEI) para contribuir com outras informações.

563

564 **Carla Souto (OEI)**

565 Informou que devido à escassez de recursos foi necessário adequar as propostas iniciais  
566 e unificar o Prêmio Nacional ao Prêmio Iberoamericano de EDH, e que em breve vai ter  
567 os resultados das parcerias e encaminhar as próximas ações, que são finalizar o  
568 regulamento e fazer a divulgação.

569

570

571 **PROJETO EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO: PROJETO**  
572 **BRASILEIRO (AIPR)**

---

573

574 **Fernanda Brito (SEDH)**

575 Informou que a Clara Ramirez do AIPR encaminhou um relato da primeira consulta  
576 pública. Que o objetivo do evento era para que o Instituto tivesse um diagnóstico da  
577 realidade brasileira e, a partir de algumas consultas públicas, conhecerem a demanda  
578 relativa à pauta da prevenção as graves violações de direitos humanos no Brasil.  
579 Solicitou a todos e todas que dessem uma lida no relatório para a segunda consulta. E  
580 ainda, que a proposta do Instituto será fechada nas próximas consultas. E perguntou aos  
581 membros do comitê se alguém tinha alguma impressão da consulta pública, para  
582 apresentar ao grupo.

583

584 **Salette Valesan (Flacso)**

585 Colocou que acha importante que os pontos encaminhados pelo CNEDH sejam  
586 mantidos. E que a próxima consulta seja realizada o mais rápido possível e com caráter  
587 deliberativo para o fechamento da proposta e com a participação de um público menor.

588

589 **Fernanda Brito (SEDH)**

590 Informou à Salette que a avaliação de algumas pessoas também foi neste sentido. Mas  
591 que a próxima consulta vem para focar no projeto como um todo.

592

593

594  
595  
596

## **ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

---

### **597 Fernanda Brito (SEDH)**

598 Neste momento fez uma breve apresentação da Escola Nacional de EDH. Informou que  
599 conta com o apoio da Secretária Flávia nas pautas de EDH e na proposta da Escola.  
600 Ressaltou que o PNEDH tem cinco eixos muito claros, e que é necessário dar respostas  
601 a todos eles. Destacou que na proposta da Escola cabe todos os eixos da educação não  
602 formal. Citou também a importância de que todas as políticas devem estar interligadas  
603 como o Pacto para a educação superior, o Observatório que o MEC está desenvolvendo  
604 para a educação básica e a Escola Nacional de EDH para a educação não formal.

605 Informou também que a proposta da Escola é oferecer formação em direitos humanos  
606 na modalidade EAD, utilizando a plataforma da Escola Nacional do SINASE, que já  
607 está pronta e bem sucedida, que precisa apenas ser adaptada para a Escola de EDH.

608 Sobre os objetivos específicos da Escola, informou que são baseados no PNEDH e no  
609 PNDH III para promover o conhecimento sobre direitos humanos para a transformação  
610 social, desenvolver a autonomia e emancipação do sujeito de direitos, implementar  
611 processos de sensibilização e formação de consciência crítica. E com isso tudo poder  
612 ampliar o alcance das políticas públicas. Objetiva ainda, oferecer um parâmetro  
613 metodológico sobre o que se entende e o que é Educação em Direitos Humanos, para  
614 que o discurso não fique numa disparidade, onde cada um tem uma referência própria  
615 sobre o tema.

616 Citou que o projeto foi apresentado para os diretores, coordenações-gerais de promoção  
617 e defesa dos direitos humanos e órgãos colegiados da SEDH, além de parlamentares e  
618 entre poderes. E que ainda é possível fazer contribuições, porque é um projeto de  
619 construção coletiva, e estas apresentações são importantes para agregar informações ao  
620 projeto.

621 Acrescentou que utilizando a plataforma da Escola Nacional do SINASE será possível  
622 economizar recurso público, ampliar o número de pessoas capacitadas, trazer maior  
623 transparência na execução das ações com a geração de dados e alcance das informações  
624 das capacitações nos estados. E ainda será possível gerar informações segmentadas, e  
625 com isso chegar num diagnóstico real e fundamentado.

626 Apresentou a proposta dos módulos iniciais, sendo: Direitos Humanos – módulo básico  
627 (60 horas); Direitos Humanos – módulo avançado (120h); Educação em Direitos  
628 Humanos – módulo básico (60h); Comunicação e Direitos Humanos (60h); Políticas  
629 públicas e Direitos Humanos; Formação de Conselheiros em Direitos Humanos (60h);  
630 Direitos Humanos e Mediação de conflitos (60h); Acessibilidade na Comunicação;  
631 População em situação de rua.

632

633 (apresentação em anexo 3)

634

### **635 Flávia Piovesan (SEDH)**

636 Informou que fez uma reunião com o Secretário da SNPD sobre a Escola e o projeto de  
637 acessibilidade. Neste momento solicitou ao Frederico que apresentasse a proposta.

638

### **639 Frederico Coutinho (SEDH)**

640 Informou que a plataforma é 87 % acessível, e a proposta é que para a Escola Nacional  
641 de EDH seja pelo menos 95% acessível. Para tanto, foi solicitado para a SNPD um  
642 apoio para torná-la mais acessível para as pessoas com deficiências.

643  
644  
645

**Fernanda Brito (SEDH)**

647 Informou que o curso para a População em Situação de Rua está em processo de  
648 desenvolvimento pela Flacso e com a Coordenação-Geral de Políticas para a População  
649 em Situação de Rua, e que a ideia é que seja o primeiro curso a ser lançado pela Escola.  
650 Solicitou que a Salete Valesan (Flacso) falasse sobre o curso.

651

**Salete Valesan (Flacso)**

652 Informou que o trabalho está sendo desenvolvido pela SEDH e o Centro Nacional, e que  
653 o foco do curso é a disseminação da Política Nacional de População em Situação de  
654 Rua, direcionado para a formação dos gestores públicos e profissionais que atuam na  
655 rede oficial de atendimento à população em situação de rua, e também com a  
656 possibilidade das lideranças e gestores das organizações que atuam com esta temática.

658

**Flavia Piovesan (SEDH)**

659 Informou que pretende até setembro lançar a Escola Nacional, que é um projeto  
660 prioritário para a SEDH. Acrescentou que a agrada a construção coletiva da Escola e de  
661 não ter a rigidez da academia.

662

**Nazaré Tavares (Especialista)**

663  
664 Sugeriu que fosse ofertado pela Escola o curso de Direitos Fundamentais, voltado para  
665 os professores da rede pública, em parceria com a SEDH, SECADI e o Ministério  
666 Público Federal, porque há professores que não acreditam nos seus direitos, garantidos  
667 pela Constituição Federal e LDB.

668 Destacou que a guarda universitária está violando direitos e que existe uma proposta de  
669 se fazer um fórum de segurança universitária. Informou que não existe uma formação  
670 direcionada para a segurança privada das universidades. Sugeriu que a Secretária Flávia,  
671 pudesse dialogar com o Ministério da Justiça para ajudar nesta demanda. E ainda,  
672 debater com a SENASP, SESU e SECADI. Informou que a UFPB elaborou um dossiê  
673 sobre a atuação da guarda universitária e as violações de direitos desses profissionais, e  
674 que este documento foi levado ao Ministério Público.

675 Informou que a formação dos profissionais da segurança privada é realizada pela  
676 academia civil, mas, que não aborda o tema de direitos humanos. Relatou que as  
677 associações e sindicatos realizam seminários sobre segurança universitária, mas que é  
678 importante identificar quem mais trata dessas formações.

680

**Fernanda Brito (SEDH)**

681 Informou que a SEDH está em constante diálogo com a SENASP, e que  
682 disponibilizaram conteúdos dos cursos que são ofertados por eles para os profissionais  
683 de segurança, para a SEDH contribuir com orientações sobre linguagens e abordagens  
684 corretas. Informou que a SENASP possui uma plataforma de formação em EaD com  
685 conteúdo de boa qualidade.

686

**Nair Bicalho (Especialista)**

687  
688 Informou que no dia 29/03, a UnB realizou um seminário sobre segurança universitária,  
689 onde todos os grupos (negros, LGBT, mulheres) puderam colocar suas demandas para a  
690 elaboração do Plano de Segurança Universitária da UnB. Relatou o caso do assassinato  
691 da estudante *Louise*, ocorrido na UnB, e outros casos de violações de direitos, como um  
692

693 estupro no CEUB. Informou que muitas vezes a universidade esconde os casos de  
694 violações porque não querem dar visibilidade ou não querem responder pelos fatos  
695 ocorridos, e também não tomam nenhuma atitude para resolver o problema.  
696 Acrescentou que a atual gestão da UnB está totalmente aberta até para aderir ao Pacto.

697

698 **Flávia Piovesan (SEDH)**

699 Solicitou à professora Nair uma memória do Seminário de Segurança da UnB.

700

701 **Nair Bicalho (Especialista)**

702 Registrou, ainda, que houve uma audiência pública em novembro de 2016, com a  
703 Defensoria Pública, na qual foi presidida pela Dra. Déborah Duprat, onde foram  
704 levantadas as denúncias de violências sofridas pelas estudantes da UnB, um evento  
705 muito relevante para a UnB.

706

707 **Flávia Piovesan (SEDH)**

708 Informou que foi um exemplo de atitude da PUC São Paulo para enfrentar os casos de  
709 violações de direitos humanos de todas as naturezas que acabou alimentando a iniciativa  
710 do Pacto Universitário.

711

712 **Fernanda Brito (SEDH)**

713 Retomou a apresentação do projeto da Escola, colocando que o recurso público precisa  
714 ser otimizado porque tem sido cada vez mais escasso. Neste sentido, é necessário buscar  
715 alternativas viáveis.

716

717 **Frederico Coutinho (SEDH)**

718 Informou que a ideia é começar com módulos de curta duração, a exemplo da  
719 experiência do SINASE que depois de três anos lançou um curso de especialização,  
720 onde ofertou 500 vagas e teve mais de 15 mil inscritos. E que a SEDH tem a  
721 experiência da Escola do SINASE, e a implantação da Escola de EDH ocorrerá de  
722 forma criteriosa. Informou que os estados serão mobilizados para estabelecer parcerias,  
723 inclusive com a opção de acesso digital em localidades que não tenham acesso à  
724 internet.

725

726 **Fernanda Brito (SEDH)**

727 Informou que o cronograma de implementação da Escola está previsto para ocorrer da  
728 seguinte forma: o desenvolvimento da plataforma virtual da Escola, com as adaptações  
729 em dois meses; a elaboração da proposta da política pedagógica será desenvolvida  
730 simultaneamente à plataforma, prevista para conclusão no primeiro semestre de 2017; o  
731 desenvolvimento dos cursos está previsto para ocorrer no período de maio a agosto de  
732 2017; e que a previsão de lançamento é setembro de 2017. Reafirmou que a SEDH esta  
733 contando com contribuições do Comitê, para que se possa fazer uma construção  
734 coletiva.

735

736 **Frederico Coutinho (SEDH)**

737 Informou que será publicado um edital para conteudistas, e que as contribuições do  
738 CNEDH serão muito importantes para elaboração dos conteúdos dos cursos.

739

740 **Moacir Gadotti (IPF)**

741 Informou que acha importante procurar exemplos de experiências exitosas, mas que a  
742 Escola tem que ter uma cara própria, pautada pela política pedagógica. Ressaltou que é  
743 um projeto ambicioso, mas está muito contente com a proposta.

744

745 **Fernanda Frizzo Bragato (UNISINOS):**

746 Perguntou sobre qual universidade ficará responsável pela certificação dos cursos.

747

748 **Fernanda Brito (SEDH)**

749 Informou que na Escola do Sinase a certificação é realizada pela UnB. E para a Escola  
750 Nacional de EDH a ideia é aproveitar o sistema que já existe, com a própria UnB.

751 Destacou que a ideia da Escola é cumprir com a proposta de transversalidade, e que  
752 possa agregar todas as temáticas. Acrescentou que as diretrizes nacionais de Educação  
753 em Direitos Humanos servirão de instrumento para as demais temáticas. Informou ainda  
754 que as contribuições do CNEDH serão bem vindas para elaboração da proposta da  
755 política pedagógica da Escola.

756

757 **Nazaré Tavares (Especialista)**

758 A professora Nazaré solicitou informações de como serão organizadas as informações  
759 que estão sendo colhidas na construção coletiva da Escola, se será por meio de  
760 regimento ou terá outro documento normativo. E ainda, perguntou como está sendo  
761 pensada a institucionalidade da Escola.

762

763 **Fernanda Brito (SEDH)**

764 Informou que será seguido o modelo da criação da Escola do SINASE, que tem um  
765 Comitê Gestor, responsável pela elaboração dos editais, contratação dos conteudistas e  
766 pela análise dos conteúdos dos profissionais contratados. Enfim, responsáveis por todos  
767 os conteúdos dos cursos. E que é importante pensar como o Comitê será inserido neste  
768 espaço. Informou que a ideia é lançar parâmetros de gestão, a exemplo da Escola do  
769 Sinase.

770

771 **Flávia Piovesan (SEDH)**

772 Relatou que teve uma reunião com a Coordenação-Geral do SINASE e foi informada de  
773 que existem 27 pontos focais. Destacou que no caso da Escola os polos podem ser as  
774 universidades e os comitês estaduais de educação em direitos humanos.

775 Em seguida, passou a palavra à professora Francisca Pini para relatar informações do  
776 evento realizado em São Paulo.

777

778 **Francisca Pini (IPF)**

779 Relatou que no dia 9 de fevereiro realizaram o Seminário Estadual de Educação em  
780 Direitos Humanos para a construção do documento base do Plano Estadual de Educação  
781 em Direitos Humanos de São Paulo. Informou que o evento ocorreu por meio de um  
782 Comitê não institucionalizado, mas em conjunto com o Conselho Estadual de Defesa  
783 dos Direitos da Pessoa Humana, a Escola da Defensoria Pública do Estado, a Ouvidoria  
784 Geral da Defensoria Pública e o Comitê Estadual dos Direitos Humanos, e que contou  
785 com a participação da Margarida Genevois, Moacir Gadotti e Maria Nazaré Zenaide  
786 como palestrantes e para cada eixo foi trazido um especialista. Registrou que outras  
787 informações podem ser acessadas pelo blog: <http://peedhsp.blogspot.com.br/2017/> .

788

789 **Flavia Piovesan (SEDH)**

790 A secretária Flávia agradeceu o relato da professora Francisca Pini, encerrou os  
791 trabalhos do período da manhã e informou que o retorno seria às 14h30.  
792  
793 Atividades da manhã encerrada às 12h30.  
794

795 **23/03/17 – à tarde (início às 14h45)**

796

797 **Fernanda Brito (SEDH)**

798 Abriu as atividades da tarde cumprimentando a todas e todos. Informou que a próxima  
799 pauta era a Apresentação do Projeto de criação do *Fórum Nacional dos Comitês*  
800 *Estaduais de Educação em Direitos Humanos*, um trabalho da consultora Fernanda  
801 Calderaro, que busca uma integração de todas as atividades da temática de Educação em  
802 Direitos Humanos e também um espaço de participação que agrega os estados, os  
803 comitês que são espaços plurais de EDH a nível local. Informou também que a  
804 consultora Fernanda Calderaro vai procurar os membros do CNEDH para ajudar na  
805 articulação nos estados e ainda para um apoio institucional.

806

807

808 **APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL**  
809 **DOS COMITÊS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

---

810

811 **Fernanda Calderaro (consultora)**

812 Apresentou-se e informou que é psicóloga e mestre em psicologia social pela PUC/São  
813 Paulo e falou sobre sua trajetória profissional na pauta de Direitos Humanos, inclusive  
814 quando desempenhou o cargo de coordenadora-geral da política de proteção aos  
815 defensores de direitos humanos.

816 Explicou que o projeto tem o objetivo de rearticular os comitês estaduais e criar o  
817 Fórum Nacional e, pela proporção do desafio, solicitou o apoio do Comitê. Informou  
818 que este momento é para dividir com o CNEDH o projeto e ao mesmo tempo conhecer  
819 um pouco da experiência de cada um(a) para somar ao desenvolvimento do projeto.  
820 Reafirmou que todo o trabalho receberá a contribuição do Comitê.

821 Apresentou a situação dos Comitês nos estados até o momento e colocou que o grande  
822 desafio será a rearticulação dos comitês estaduais porque, a exemplo do levantamento  
823 de 2015 e dos contatos que já fez inicialmente nos estados das regiões do norte e  
824 nordeste, o quadro piorou. Informou que existem comitês desativados, desarticulados e  
825 poucos ainda em funcionamento. Identificou que ocorreu uma saída das universidades e  
826 a entrada institucional dos estados nos comitês. E, ainda, que com as mudanças  
827 estruturais dos governos estaduais, de nomenclatura e de competências, os comitês  
828 ficam em estado de indefinição até que alguém assuma o compromisso de rearticulação.  
829 Deste modo, o grande desafio será retomar o funcionamento dos comitês estaduais.

830 Informou que nos contatos que visitou até o momento foi consultada sobre o Pacto e  
831 como podem fazer para aderir. Informou ainda que estará em contato com os poderes  
832 legislativo, judiciário e executivo estaduais, para desenvolver este trabalho.

833 Sobre o Fórum Nacional de Comitês de EDH, apresentou uma proposta de estrutura,  
834 uma proposta de organização dos primeiros anos de trabalho e uma proposta de Portaria  
835 de instituição do Fórum, que estão abertas para as contribuições do CNEDH.

836

837 **(Apresentação e proposta de minuta de portaria que institui o Fórum em anexo 4 e 4.1)**

838

839 **Francisca Pini (IPF)**

840 Informou que durante o estudo de doutorado resgatou a história do Fórum Nacional dos  
841 Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), e relatou que tratava-se de um fórum  
842 de entidades, em que se entendia que como colegiado nacional que articulava a agenda

843 da infância em conjunto com os demais fóruns para o Brasil, e que as pautas tinham que  
844 nascer dos fóruns estaduais e não do fórum nacional, era uma retroalimentação.  
845 Registrou que o Fórum Nacional de Educação tem um papel de monitorar a  
846 implementação do Plano Nacional de Educação, e que atualmente sofreu um retrocesso.  
847 Informou que para o Instituto Paulo Freire, a democracia é um princípio e um valor, e  
848 utilizou como referência o conceito do professor da UFRJ, Nelson Coutinho: “é muito  
849 caro este princípio democrático”. Informou que o fórum traz na sua identidade essa  
850 possibilidade de democratizar as reflexões, debates e formulações de proposições.  
851 Acrescentou que a proposta de reunião anual do Fórum precisa ser avaliada, e propôs  
852 que para um trabalho inicial tenham mais encontros durante o primeiro ano.  
853 Destacou que no último artigo da minuta de portaria sobre a representação dos Comitês  
854 Estaduais, entende-se que os estados vão bancar a sua representação, e reforçou que os  
855 estados têm dificuldades em bancar estes custos, e fica inviabilizada a participação.  
856 Sobre a estrutura apresentada, no que se refere à presidência e vice-presidência, que  
857 deve ter a representação paritária, incluindo a representação dos Comitês.

858

859 **Moacir Gadotti (IPF)**

860 Registrou sua preocupação com os dados levantados pela consultora sobre os comitês  
861 estaduais, e solicitou a todos um esforço, mesmo que simultâneo para a criação dos  
862 comitês estaduais. Citou o exemplo de São Paulo, em que o estado não se mobiliza, e o  
863 comitê é mobilizado pela sociedade civil. Colocou que uma coisa que pode se fazer é  
864 fomentar e impulsionar a criação dos comitês estaduais e municipais, e ainda, dinamizar  
865 os já existentes. Apresentou sua preocupação também com os municípios que não tem  
866 comitês. Neste momento, perguntou para a Fernanda Brito (SEDH) quantos comitês  
867 municipais existem.

868

869 **Fernanda Brito (SEDH)**

870 Informou que no levantamento de 2015 foram identificados 10 comitês municipais. E  
871 que este dado não é preciso, pois o mapeamento estava focado nos comitês estaduais e  
872 as informações sobre comitês municipais surgiram espontaneamente.

873

874 **Moacir Gadotti (IPF)**

875 Destacou a necessidade em se fazer um levantamento dos comitês estaduais e  
876 municipais, e que primeiro o Comitê Nacional deve impulsionar os comitês estaduais e  
877 municipais, e depois aprofundar na criação do Fórum Nacional. Acrescentou que é bem  
878 vinda a ideia de instituir um fórum, quando se trata de Educação em Direitos Humanos.

879

880 **Fernanda Frizzo Bragato (UNISINOS)**

881 Destacou a importância de se resgatar o levantamento de 2015 dos comitês estaduais, e  
882 questionou sobre a participação dos comitês municipais já que o Fórum é de comitês.  
883 Informou que só faz sentido os comitês municipais ficarem de fora se os comitês  
884 estaduais ficarem responsáveis pela criação dos fóruns estaduais de EDH. Acrescentou  
885 que acha bastante ousado e sonhador o projeto do Fórum, a exemplo do estado de Santa  
886 Catarina que não tem comitê estadual e nem secretaria de direitos humanos, e que  
887 somente agora foi criada uma coordenação para acompanhar a pauta.

888 Informou que foi criado um Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos em  
889 Joinville, o único no estado, e que sozinho não vai conseguir desenvolver a política do  
890 estado. Deste modo, posicionou-se favorável em fortalecer e impulsionar a criação dos  
891 comitês estaduais e municipais, antes da criação do Fórum Nacional.

892

893 **Nair Bicalho (Especialista)**

894 Mencionou um levantamento do histórico dos Comitês realizado em 2009, onde foram  
895 realizados seminários nos estados para incentivar a criação dos comitês estaduais com o  
896 apoio do governo federal. Informou que ocorreram várias ações para a divulgação do  
897 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, e que alguns estados já tinham um  
898 núcleo em torno da proposta do Plano Nacional EDH, como o Estado do Piauí,  
899 impulsionado pela professora Lurdinha, por meio da UFPI. No estado do Rio Grande do  
900 Sul, algumas cidades como São Leopoldo, Canoas e Porto Alegre formaram uma  
901 espécie de consórcio e, ainda, no município de Pelotas, pela professora Graça, do curso  
902 de Direito, que colaborou bastante com a instalação do Comitê Estadual.

903 Destacou que, durante a pesquisa realizada por ela, os representantes dos comitês  
904 apresentavam a necessidade de ter o mínimo de recurso para manter os comitês e  
905 custear tarefas cotidianas como logística para as reuniões, serviço de café e água,  
906 pequenas atividades de mobilização, divulgação das ações e capacitações para atores  
907 que trabalhavam com a pauta de direitos humanos. Informou que um aspecto importante  
908 da pesquisa foi a articulação entre a sociedade civil e o governo local ou estadual, como  
909 a Secretaria da Educação com a área de direitos humanos, justiça, cidadania, segurança  
910 pública, comunicação, e também os movimentos sociais e as ONGs locais. Informou  
911 que isso aconteceu em alguns estados visitados, como Tocantins.

912 Informou que eles apresentam também a necessidade de articulação com o CNEDH, e  
913 que realizaram três encontros, capacitações, experiência de site, entre outras ações.

914

915 **Lurdinha Nunes (CEEDH/PI) - ouvinte - Convidada**

916 Explicou que, na época, a SECAD/MEC convidava três membros do Comitê para  
917 participar de um encontro onde apresentavam todas as ações que estavam sendo  
918 desenvolvidas, e que foram três encontros específicos para os Comitês, o primeiro em  
919 dezembro de 2006, o segundo em dezembro de 2007 e o último em outubro de 2008.

920

921 **Nair Bicalho (Especialista)**

922 Informou que a SECAD/MEC desenvolveu o projeto *Rede Brasil* com 15 universidades  
923 federais, para a formação de professores que auxiliou os comitês estaduais, e que foi  
924 coordenado pela professora Nazaré, e sugeriu que a professora falasse sobre o projeto.

925

926 **Nazaré Tavares (Especialista)**

927 Informou que o MEC tinha recurso para fomentar os comitês, mas o recurso só poderia  
928 ser utilizado por meio de descentralização de recurso, e não poderia ser enviados para os  
929 governos estaduais, e a forma encontrada era por meio das Universidades Federais.  
930 Informou que desde 1990 as Universidades já atuavam na temática de direitos humanos,  
931 e que partir daí foi mapeado quem trabalhava com esta pauta. Informou que era um  
932 tempo de mobilizações e as pessoas envolvidas se reuniram para fazer as formações.  
933 Destacou que alguns professores levaram esta ação como um projeto pessoal de  
934 extensão, e isso prejudicou os trabalhos.

935 Acrescentou que o Comitê Nacional fez uma autocritica e foi possível avaliar que as  
936 universidades não eram a melhor estratégia e que deveria partir para a institucionalidade  
937 dos comitês. Informou que, neste momento, a professora Nair Bicalho fez o  
938 levantamento sobre os comitês. Destacou que foi a partir daí que se esclareceu que a  
939 SEDH ficaria com a educação não formal, e o MEC com a educação básica e superior.

940 Destacou que se o CNEDH e a SEDH quiserem avançar nas temáticas de educação em  
941 direitos humanos é necessário dialogar com as secretarias estaduais, mesmo sabendo  
942 que há rotatividade dos gestores, principalmente depois das eleições. Informou que o

943 Plano Nacional tem cinco eixos e as ações envolvem as mais diversas áreas e  
944 segmentos. Deste modo, envolve a secretaria de educação, secretaria de mulheres, de  
945 segurança, de justiça, ONG's e os movimentos sociais. E, neste caso, cada estado deve  
946 encontrar o seu caminho e o seu desenho, e procurar a secretaria que é mais sensível à  
947 temática de EDH, que poderia ser governamental ou intergovernamental.

948 Informou que o Instituto Anísio Teixeira na Bahia é um parceiro importante para  
949 retomar o diálogo, e que é necessário rearticular estas forças.

950 Ressaltou que a apresentação da consultora Fernanda Calderaro foi relevante, e que são  
951 muitos os desafios daqui pra frente. Informou, ainda, que fazer política pública não é  
952 fácil, mas tem que atravessar os governos. Lembrou-se dos atores de EDH que  
953 atravessam o tempo, dos que não estão atuando e precisam ser resgatados e integrados.  
954 Destacou que acredita que o Fórum Nacional irá trazer estes atores de direitos humanos.

955

#### 956 **Nair Bicalho (Especialista)**

957 Apresentou informações do relatório elaborado em 2009, onde constam as dificuldades  
958 dos comitês estaduais, como: problemas financeiros, falta de informação, de parceria e  
959 comprometimento dos órgãos públicos, falta de adesão e mobilização dos atores de  
960 EDH, problemas políticos, frequência dos membros, falta de diretrizes, ausência de um  
961 eixo ou uma linha de condução, definição das áreas prioritárias para cursos de  
962 capacitação, interiorização e a regionalização do comitê, dificuldade na elaboração do  
963 Plano Estadual de EDH. Informou, ainda, que havia uma disputa política dentro dos  
964 comitês por parte das entidades de DH que disputavam o protagonismo das ações,  
965 dificultando o andamento dos trabalhos.

966

#### 967 **Lurdinha Nunes (CEEDH/PI) - ouvinte**

968 Pediu a palavra para informar que o Comitê Nacional fez parte da sua tese de mestrado,  
969 e concorda que se devem percorrer todos os estados com o objetivo de reativar e criar os  
970 comitês estaduais. Informou que por meio do Comitê Estadual é possível aplicar as  
971 políticas públicas. Sugeriu a composição de um GT para trabalhar e desenhar o Fórum  
972 Nacional. E se colocou a disposição para contribuir com o resgate da memória e ajudar  
973 na construção do Fórum Nacional. Informou que utiliza as rádios comunitárias para se  
974 comunicar com a comunidade e isso tem um retorno muito positivo.

975

#### 976 **Raimundo de Sousa (FCMEDH/PI) - ouvinte**

977 Relatou sua atuação e da instituição *Youth for Human Rights International*, que apoia os  
978 trabalhos desenvolvidos por ele no estado do Piauí e a criação do Comitê Municipal em  
979 sua cidade. Informou que realizaram atividades com a temática de direitos humanos,  
980 como um evento internacional que contou com o apoio da ONG *Youth for Human  
981 Rights International* e outros parceiros.

982

#### 983 **Rafael Ferrari (MEC)**

984 Registrou que foi muito interessante a fala da professora Nazaré: “política pública não é  
985 fácil e necessita atravessar governos”. Destacou que as políticas públicas estão  
986 contextualizadas em seus municípios, estados e país e frisou que é necessário, e também  
987 bastante difícil, atravessar estas três esferas em âmbito governamental. Ressaltou que,  
988 quando a discussão passa pela sociedade civil, torna-se ainda mais necessária. Destacou,  
989 também, as falas das professoras Nazaré, Nair e Lurdinha sobre o resgate da memória e  
990 consequente mapeamento dos Comitês, porque acha fundamental a conscientização e a  
991 mobilização das instituições para a criação dos comitês.

992 Retomou a discussão sobre a Portaria de criação do Fórum Nacional e ponderou que é  
993 complexo trabalhar a temática de direitos humanos, a qual depende do esforço de todos.  
994 Aproveitou para agradecer as informações das professoras, pelo histórico da atuação do  
995 MEC na construção dessas políticas públicas de EDH, que foram muito pedagógicas e  
996 serviram para induzir e sensibilizar.

997

998 **Nair Bicalho (Especialista)**

999 Acrescentou que a SECADI/MEC é um parceiro muito importante e devemos retomar a  
1000 parceria de forma muito substantiva.

1001

1002 **Fernanda Brito (SEDH)**

1003 Destacou que a parceria com o MEC é constante, aberta e recíproca, em todas as ações  
1004 em que a SEDH e o MEC trabalham em conjunto.

1005 Sobre a criação do Fórum, fez um relato final e aproveitou para citar uma fala do Rafael  
1006 (MEC) sobre a indução dessas políticas, a integração dos atores e das redes de EDH  
1007 espalhados por todo o país, que possam se integrar à política nacional e ao CNEDH.  
1008 Informou que o Fórum é um mecanismo que vai facilitar o diálogo com os estados,  
1009 conhecer os comitês estaduais e aproximá-los do Comitê Nacional.

1010 Acrescentou que o Comitê Nacional existe desde 2003, que a Coordenação-Geral de  
1011 EDH foi instituída em 2004, e que vem acompanhando desde 2008 as ações que vêm  
1012 sendo desenvolvidas na área de EDH pela Coordenação-Geral. Informou que deve ser  
1013 aproveitado todo o acúmulo que as professoras Nazaré, Nair e Lurdinha apresentaram,  
1014 além de tentar aprimorar e ampliar o que estiver ao nosso alcance e for efetivo.

1015 Sobre a tentativa de fomentar os comitês estaduais por meio de recursos orçamentários,  
1016 informou que não prosperou, e que na época havia um orçamento bem mais amplo.  
1017 Explicou que foram lançados editais e o critério de sustentabilidade que era exigido  
1018 muitas vezes não era cumprido. E ainda, quando encerrava o prazo de execução dos  
1019 editais, as atividades dos comitês também encerravam, porque não havia recurso, deste  
1020 modo, não tinha eficácia. Destacou que a SEDH precisa reencontrar o papel de órgão  
1021 articulador, e oferecer o que tem de mais poderoso para os comitês estaduais,  
1022 municipais e toda a rede de EDH, que é o apoio institucional. Informou que o papel do  
1023 Fórum também é trazer um apoio institucional que os comitês precisam para funcionar.

1024 Destacou que as visitas e contatos com os estados que a consultora está fazendo serão  
1025 um apoio de articulação com toda a rede local de educação em direitos humanos, e que  
1026 serão consideradas as experiências de articulação, como o caso da professora Lurdinha,  
1027 que articula a criação de comitês dentro e fora do seu estado. Acrescentou que o Fórum  
1028 tem justamente este caráter de indução da política e de ser um espaço de participação  
1029 dos estados na política nacional.

1030 Sobre os comitês municipais, primeiro é importante dizer que antes temos que dar conta  
1031 dos estados para partir para os municípios. Primeiro precisamos experimentar para saber  
1032 como vai funcionar e alcançar os municípios a partir dessa experiência.

1033 Agradeceu pelas contribuições recebidas por todos e todas, e afirmou que esta primeira  
1034 proposta compartilhada está disponível para receber críticas, o que certamente vai  
1035 refletir no resultado daqui pra frente. Acrescentou que a Portaria não será criada antes  
1036 do processo de articulação, que é apenas uma minuta e que será levada também para os  
1037 estados apresentarem suas contribuições.

1038

1039 **Fernanda Lapa (IDDH)**

1040 Ponderou sobre a necessidade de que este diálogo de parceria institucional venha a  
1041 fortalecer as agendas de EDH nos estados, porque o governo estadual não se importa

1042 com a pauta de direitos humanos, e que muitas vezes é necessário levar esta temática  
1043 para o Conselho de Educação. Destacou que atualmente não se sabe onde apresentar as  
1044 demandas de direitos humanos no seu estado e, se o comitê será criado pelo estado é  
1045 importante que haja esta conversa com quem trabalha com EDH localmente para apoiar  
1046 este comitê estadual.

1047

1048 **Fernanda Brito (SEDH)**

1049 Informou que para todas estas agendas nos estados a consultora receberá uma lista com  
1050 os contatos do Comitê Nacional e um mapeamento dos contatos do estado que  
1051 trabalham com EDH.

1052

1053 **Fernanda Calderaro (Consultora)**

1054 Agradeceu todas as contribuições. Informou que fez uma avaliação de sua apresentação  
1055 inicial, e ponderou que deveria ter iniciado com a apresentação da consultoria e depois  
1056 seguir com a apresentação do Fórum, para que todos pudessem entender melhor o  
1057 trabalho que será desenvolvido por ela, porque o Fórum é o final de todo o processo da  
1058 consultoria. Em um resumo dos produtos da consultoria, destacou que apresentará  
1059 documentos técnicos contendo análise sobre os Comitês Estaduais de Educação em  
1060 Direitos Humanos existentes e atuantes nos estados que compõem cada uma das regiões  
1061 (Norte, Região Sudeste, Região Sul e Centro-Oeste), com identificação dos atores,  
1062 aspectos históricos normativos e estruturais, bem como proposta de estratégia para  
1063 ampliação e integração desses espaços de participação e controle social. Informou que  
1064 também apresentará um levantamento das unidades da federação onde não há Comitê  
1065 Estadual de Educação em Direitos Humanos em funcionamento, incluindo o  
1066 mapeamento de atores estratégicos, governamentais e da sociedade civil, nos estados da  
1067 federação e seus níveis de institucionalidade, que tenham capacidade para implementar  
1068 instância colegiada desta natureza no âmbito estadual, além de uma proposta de criação  
1069 do Fórum Nacional de Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos.

1070 A consultora comentou que a partir dos contatos já realizados, identificou que existe  
1071 uma necessidade dos estados em dialogar e se articularem com o Comitê Nacional, que  
1072 entendem-se abaixo deste numa estrutura hierárquica, e comentou a importância desse  
1073 papel do CNEDH junto aos comitês estaduais. Informou que está à disposição para  
1074 repassar depois uma radiografia dos comitês estaduais para o Comitê.

1075

1076 **Fernanda Brito (SEDH)**

1077 Propôs que, em razão do horário, fosse dada continuidade aos trabalhos sem intervalo,  
1078 proposta colocada também pelo professor Gadotti e que foi acatada.

1079 Agradeceu a consultora Fernanda pela apresentação e pelo trabalho que vem  
1080 desenvolvendo pela consultoria. Relembrou que este trabalho será uma construção  
1081 coletiva, e que todos se sintam à vontade em contribuir.

1082

1083

1084

1085 **REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM**  
1086 **DIREITOS HUMANOS - PNEDH**

---

1087 **Fernanda Brito (SEDH)**

1088 Sobre a revisão do Plano Nacional, colocou que na última reunião não tinha sido  
1089 definido se seria uma revisão ou uma atualização do Plano. E que a SEDH tinha ficado  
1090 de avaliar ou tentar buscar alternativas para viabilizar este trabalho.

1091 Informou que, no momento, a proposta é aproveitar as visitas da Consultora Fernanda e  
1092 apresentar a possibilidade de os estados participarem deste processo, porque eles estão  
1093 constantemente realizando eventos nos seus estados e municípios e que poderiam  
1094 aproveitar estas mobilizações para fazer a consulta pública em relação ao Plano.  
1095 Ponderou que talvez seja um momento prematuro para este trabalho de revisão, e que  
1096 após a instituição do Fórum seja possível fazer uma avaliação melhor e com a  
1097 participação dos estados, um espaço mais adequado para fazer uma revisão mais  
1098 cuidadosa do Plano, considerando as ações com caráter de retorno de monitoramento  
1099 mais eficiente para o Comitê. Destacou ainda que o conteúdo do Plano é muito bom, e  
1100 que futuramente é possível garantir um monitoramento com indicadores das ações de  
1101 EDH.

1102

1103 **Nair Bicalho (Especialista)**

1104 Destacou a possibilidade de os membros do GT de Criação, Fortalecimento e  
1105 Acompanhamento de Instâncias Colegiadas e Governamentais de EDH nos estados e  
1106 municípios acompanharem as visitas da consultora Fernanda.

1107

1108 **Fernanda Brito (SEDH)**

1109 Retomou a pauta sobre a atualização e revisão do PNEDH e perguntou ao Comitê se  
1110 gostaria de fazer alguma colocação sobre a proposta apresentada.

1111

1112 **Moacir Gadotti (IPF)**

1113 Colocou que a atualização se passa por uma questão jurídica e a revisão se passa por um  
1114 levantamento de dados desde 2004 do que foi implementado do Plano, como foi  
1115 colocado pelo professor Carbonari na última reunião. Destacou que o Comitê não tem  
1116 dados sobre isso, deste modo, é necessária uma avaliação mais profunda sobre esta  
1117 revisão. Aproveitar as visitas da Consultora Fernanda para levantar os dados é uma  
1118 iniciativa ótima, mas não é suficiente. O trabalho parece ser mais científico e complexo.

1119

1120 **Fernanda Brito (SEDH)**

1121 Esclareceu sobre a proposta de atuação da consultora Fernanda em relação ao Plano nos  
1122 estados, que é levantar alguns dados sobre o tema com os atores e com a rede que atuam  
1123 em EDH mapeados no país. A proposta não é fazer a revisão do Plano; isso será em  
1124 outro momento. A proposta de revisão será no Fórum Nacional.

1125

1126 **Moacir Gadotti (IPF)**

1127 Colocou que a revisão se passa por trabalho mais científico, um “estado da arte”.  
1128 Informou que as professoras Nair, Nazaré e Lurdinha têm este “estado da arte” e outros  
1129 dados. Solicitou informações sobre quem e quando foi levantada a necessidade de  
1130 revisão do Plano. Ressaltou que é necessário saber se o Plano foi totalmente  
1131 implementado, que a partir desses dados vai ser possível saber se existe a necessidade  
1132 de revisão.

1133

1134 **Fernanda Brito (SEDH)**

1135 Informou que foi colocado pelas próprias instâncias do Comitê, justamente pela  
1136 dificuldade em compreender a implementação do Plano. Colocou que o PNEDH é  
1137 magnífico, mas fica muito no campo das ideias, e que existe a necessidade de um texto  
1138 que possibilite monitorar estas ações. Disse que a proposta é a sistematização deste  
1139 conteúdo, colocando-o num formato capaz de gerar indicadores e fazer o  
1140 monitoramento sobre estas ações, e que no momento existe esta dificuldade de mapear o

1141 “estado da arte” da EDH no país. Acredita que se o conteúdo do PNEDH for trabalhado  
1142 num formato mais adequado, haverá mecanismos para fazer um monitoramento mais  
1143 adequado e trazer os indicadores de EDH no Brasil. Reforçou que o Plano tem  
1144 princípios e ideias muito boas, mas que não é possível mensurar.

1145

1146 **Moacir Gadotti (IPF)**

1147 Sugeriu, neste caso, que fosse produzido um anexo com informações operacionais e  
1148 com mecanismos para auxiliar na implementação, com metas, atores, plano de ação e  
1149 ferramentas de monitoramento do plano estratégico e de aplicação.

1150

1151 **Nair Bicalho (Especialista)**

1152 Acrescentou que poderiam ser dois trabalhos diferentes: o primeiro seria mapear, visitar  
1153 e ver o que restou da trajetória dos comitês estaduais até 2017 e, a partir daí, obter um  
1154 relatório com estes dados. O segundo trabalho é fazer a revisão do Plano no campo  
1155 jurídico, e atualizar as informações se houver necessidade.

1156 Informou que o Plano não precisa de revisão, mas é necessário levantar o que foi  
1157 implementado. Sugeriu que o MEC e a SEDH realizassem o levantamento dos avanços.

1158 Destacou que o Ministério da Justiça tinha um representante no Comitê, Ricardo  
1159 Balestreri, que foi Secretário Nacional de Justiça e atuou na reformulação da matriz dos  
1160 cursos do Sistema de Segurança com o olhar da EDH, que foi base para os atuais cursos  
1161 de especialização que envolve o tema de DH para a área de justiça e segurança,  
1162 direcionado aos oficiais. Informou que quem oferece os cursos são as academias de  
1163 polícia, numa visão muito restrita e particular das normas. Acrescentou que a professora  
1164 Nazaré é especialista nesta área, e que trabalhou em cursos de extensão, especialização  
1165 e capacitação, e poderia ajudar a levantar os dados sobre estes cursos para os  
1166 profissionais de segurança e justiça.

1167 Destacou que o comitê não conseguiu dialogar com as forças armadas sobre o  
1168 tratamento que é dado às mulheres, LGBT, negros; neste sentido nunca se conseguiu  
1169 avançar.

1170

1171 **Nazaré Tavares (Especialista)**

1172 Sugeriu que fosse realizada uma consultoria para levantar os dados de 2003 até hoje,  
1173 sobre normas, diretrizes, criação de gerências, criação de cursos e bolsas. Informou que  
1174 é preciso um estudo para analisar neste conjunto e se há necessidade de fazer uma  
1175 revisão. Concordou que é necessário obter um documento de monitoramento e de  
1176 indicadores do Plano, e a partir dessas informações construir um documento estratégico.

1177

1178 **Fernanda Brito (SEDH)**

1179 Colocou que concorda com todas as colocações do comitê, e que a proposta é  
1180 desenvolver formas efetivas de implementação do Plano.

1181

1182 **Fernanda Lapa (IDDH)**

1183 Informou que a palavra “revisão” assusta, mas que é tarefa do Comitê contribuir tanto  
1184 para esta quanto para a implementação, divulgação, monitoramento e avaliação do  
1185 Plano, e que de fato estes dois últimos faltaram, no momento que antecede a revisão do  
1186 Plano que vai completar 15 anos em 2018, um momento simbólico para tal ação.

1187 Destacou que o Brasil foi o pioneiro na América Latina em políticas de direitos  
1188 humanos, e que o país é consultado constantemente sobre os indicadores, e não temos  
1189 este dado. Informou que se tivesse um mecanismo de avaliação com indicadores por

1190 eixos, e que fizesse diálogo com os ministérios seria muito importante, e que esta é uma  
1191 missão para o CNEDH.

1192 Informou ainda que no período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2017, será  
1193 realizado o Seminário de Educação em Direitos Humanos, em Montreal no Canadá.

1194

1195 **Nazaré Tavares (Especialista)**

1196 Informou que nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2017, será realizado o Fórum da Rede  
1197 Latino Americana de Educação em Direitos Humanos, no Uruguai, sob o tema:  
1198 Educação Superior e Educação em Direitos Humanos.

1199

1200 **Priscila Oliveira (MJSP)**

1201 Informou que no MJSP participa do colegiado que trata do enfrentamento ao tráfico de  
1202 pessoas e que eles têm um Plano Nacional, que realizam reuniões sistematizadas de  
1203 monitoramento, onde fazem avaliações das ações com a comissão tripartite SPM, SEDH  
1204 e o MJSP. Este Plano já possui ações, metas, indicadores e responsáveis. Informou que  
1205 o Plano do ETP vai para o PPA, e que isso facilita no monitoramento e nas metas, para  
1206 as atividades com ou sem recurso, e sugeriu que as ações do Plano EDH sejam também  
1207 incluídas no PPA, para que se possa deixar este legado de uma política pública  
1208 independente do gestor, e que se possa mensurar o que já foi alcançado.

1209

1210 **Frederico Coutinho (SEDH)**

1211 Diante das considerações apresentadas, sugeriu uma proposta de encaminhamento.  
1212 Concordou com os professores e as professoras, que não há tempo, nem condições  
1213 objetivas para propor uma revisão ou uma atualização do Plano. Destacou a importância  
1214 de encontrar uma forma de levantar o histórico do Plano, formalizar as informações  
1215 levantadas e produzir um documento dos 15 anos, com marco temporal de 15 anos. E, a  
1216 partir desse levantamento, identificar as fraquezas na implementação desse Plano e  
1217 propor a partir desse estudo um mecanismo de monitoramento e um diagnóstico sobre o  
1218 Plano, podendo concluir que ele é suficiente em relação ao seu conteúdo e o que faltava  
1219 era um plano de ação e, diante disso, deve-se suspender a discussão sobre sua revisão.  
1220 Ressaltou que o segundo passo é construir um plano de ação passível de  
1221 monitoramento. Que a proposta é encontrar uma solução viável para desenvolver este  
1222 trabalho e ter tudo isso formalizado. Neste momento, solicitou que o comitê se  
1223 manifestasse sobre a proposta apresentada.

1224

1225 **Fernanda Brito (SEDH)**

1226 Solicitou a professora Nazaré que se manifestasse porque é a coordenadora do GT  
1227 específico do PNEDH.

1228

1229 **Nazaré Tavares (Especialista)**

1230 Informou que concorda com a proposta. Destacou que esta reunião ordinária do  
1231 CNEDH foi muito boa e com ótimos encaminhamentos. Todos estão de parabéns.

1232

1233 **Fernanda Brito (SEDH)**

1234 Informou que a pauta sobre o PNEDH foi concluída, e sendo o último tema do dia,  
1235 sugeriu o encerramento dos trabalhos. Perguntou se a plenária teria alguma coisa para  
1236 colocar, depois informou que as atividades seriam retomadas no dia seguinte, a partir  
1237 das 9 horas.

1238

1239

1240 Encerrou às 17h10

1241

1242

1243

1244

1245

Brasília, 24 de março de 2017.

1246

1247 24/03 – pela manhã

1248 Início às 9h30

1249

1250

## 1251 REUNIÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

---

### 1252 Fernanda Brito (SEDH)

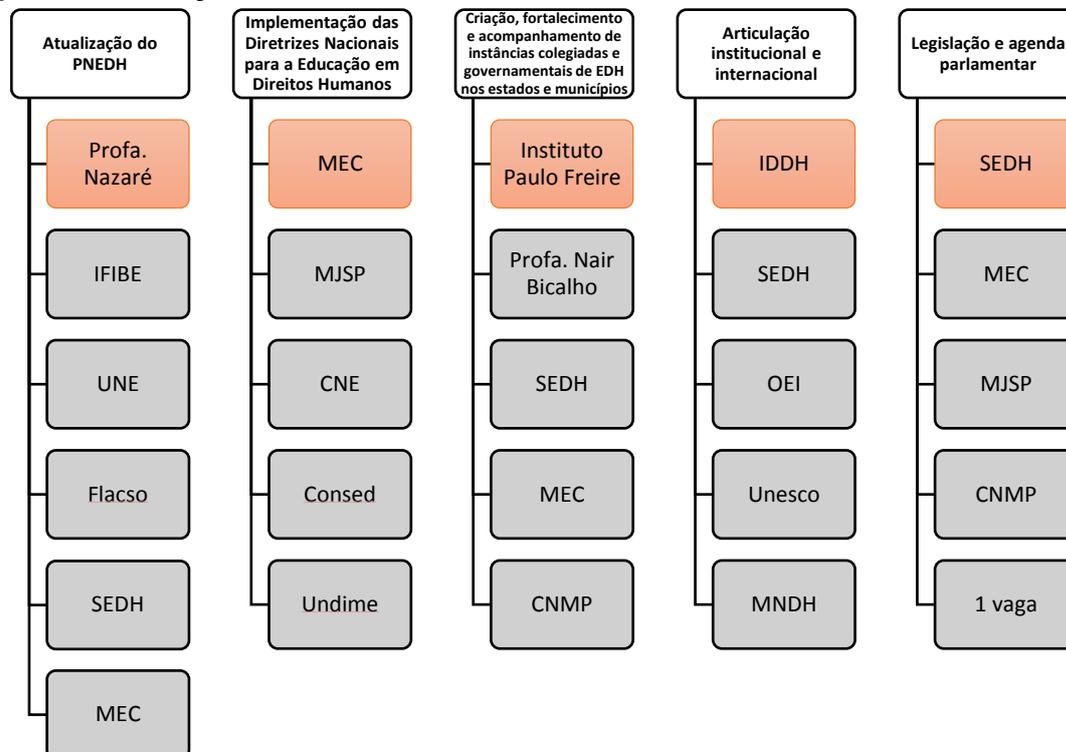
1253 Deu início à reunião dos Grupos de Trabalho. Por consenso dos presentes, inverteram a  
1254 ordem da pauta e, à medida da chegada dos participantes, formaram os grupos de  
1255 trabalho. A divisão foi feita em dois grupos, sendo:

- 1256 • Criação, fortalecimento e acompanhamento de colegiados e governamentais de  
1257 EDH nos estados e municípios; e
- 1258 • Articulação institucional e internacional.

1259

1260

1261 **Organização dos membros do CNEDH em Grupos de Trabalho para discussão dos**  
1262 **planos de atuação:**



1263

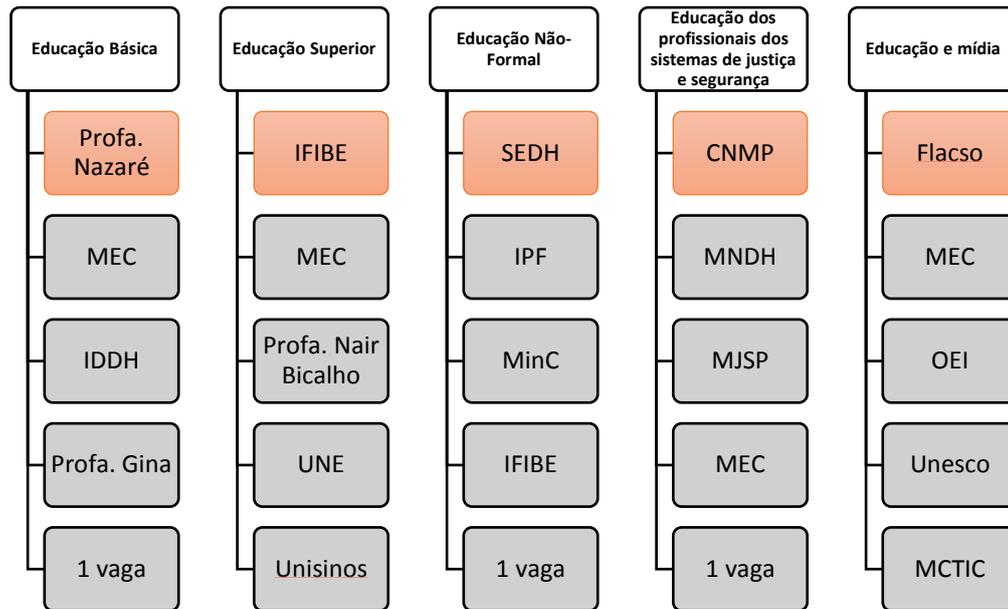
1264

1265

## 1266 REUNIÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

---

1267 Organização dos membros do CNEDH em Comissões Temáticas:



1269

1270

1271

1272

Início às 14h30

1273

1274

## REUNIÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

---

1275

Continuação da Reunião das Comissões Temáticas. Foi definido que um grupo elaborasse uma proposta de Nota de Repúdio sobre o programa “Escola sem Partido”. Depois, o texto foi apresentado para os membros do CNEDH para contribuições e redação final (em anexo).

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

## RELATORIAS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E DOS GRUPOS DE TRABALHO

---

1283

Os coordenadores das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho apresentarão à plenária suas atividades realizadas e respectivos encaminhamentos.

1284

1285

1286

1287

## ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO

---

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1. SEDH/CNEDH: Elaboração de uma Nota de Repúdio sobre o Programa Escola sem Partido.
2. SEDH/CNEDH: Suspender a discussão em torno da revisão/atualização do Plano e buscar alternativas para realizar o levantamento do histórico de implementação do Plano, produzir um documento com o resgate dos 15 anos e formalizar as informações levantadas. E, com o diagnóstico da pesquisa, construir um plano de ação passível de monitoramento.
3. SEDH: reunião com o MEC para tentar achar uma solução para as instituições que não possuem CNPJ ou uma institucionalidade aderirem ao Pacto.

- 1297 4. CNEDH: Articular nos seus estados e municípios o lançamento do Pacto  
1298 Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade da Cultura de  
1299 Paz e dos Direitos Humanos
- 1300 5. Nair Bicalho: Compartilhar informações do Seminário de Segurança da UnB.  
1301  
1302 Encerramento às 17h30